

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.420.431 - SP
(2018/0340940-3)**

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA

EMBARGANTE : ANTONIO ROBERTO NORTHRUP

EMBARGANTE : ARMANDO BRAZ

EMBARGANTE : AURINO MOREIRA

EMBARGANTE : CARLOS PERUSSI

EMBARGANTE : JAMIM CUSTODIO BARBOSA

EMBARGANTE : JOAO ALCARAZ GARCIA

EMBARGANTE : MIRANDA FRANCA BONFIM

EMBARGANTE : NELSON BELLINI

EMBARGANTE : ROBINSON DE ALMEIDA

ADVOGADOS : WELLINGTON DE LIMA ISHIBASHI - SP229720

WELLINGTON NEGRI DA SILVA - SP237006

FERNANDO MIL HOMENS MOREIRA - DF048957

EMBARGANTE : RUI LOPES

ADVOGADOS : WELLINGTON NEGRI DA SILVA - SP237006

FERNANDO MIL HOMENS MOREIRA - DF048957

EMBARGADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMBARGADO : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV

**PROCURADOR : ANA CARLA MALHEIROS RIBEIRO E OUTRO(S) -
SP181735**

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Embargos de Declaração opostos por **ANTONIO ROBERTO NORTHRUP E OUTROS** contra decisão que não conheceu do Agravo em Recurso Especial, fundamentada na incidência da Súmula n. 182/STJ.

Sustenta, em síntese, que a decisão padece de omissão e contradição (art. 1.022, I e II, do CPC), porquanto (fl. 339 e 342e):

Com efeito, como se vê os ora embargantes impugnaram especificamente os fundamentos da decisão de fls. 294(e-STJ) que negou a admissibilidade ao recurso especial de fls. 238/250(e-STJ) sob a totalmente lacônica e surrada fórmula retórica padronizada mas sem qualquer juridicidade de “que rever a posição da Turma Julgadora importaria em ofensa à Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça”.

4. Ora, a decisão que foi objeto do agravo em recurso especial de fls. 296/315(e-STJ) não tem qualquer fundamentação concreta de como supostamente haveria “o reexame dos elementos fáticos que serviram de base à decisão recorrida, o que importaria em nova incursão no campo fático, objetivo divorciado do âmbito do recurso especial de acordo com a Súmula 7 da Corte Superior” (fls. 294 e-STJ), especialmente porque a

questão que é objeto do recurso especial de fls. 238/250 (e-STJ) é puramente processual civil, nada tendo que ver com discussão sobre fatos e provas, nem com o reexame deles.

5. Diante da absoluta generalidade da decisão que foi objeto do agravo em recurso especial de fls.296/315 (e-STJ) e do quanto demonstraram os ora embargantes durante toda fundamentação do agravo em recurso especial, não incide o óbice da “Súmula n. 182/STJ” (fls.329 e-STJ), conforme precedente da COLENDASegunda Turma, inclusive em processo oriundo do mesmo Tribunal a quo, segundo o qual “o despacho de admissibilidade negativo, exercido pelo Tribunal de origem, é extremamente genérico. Este fato, por si só, prejudica o exercício do direito de defesa da parte, que fica impossibilitada de compreender quais os pontos específicos que obstaram a subida do apelo. Inaplicável, portanto, a súmula 182/STJ.” (AgRg no Ag n.º 1.264.053/SP, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 16/04/2010, grifado e destacado).

(...)

Diante do que consta às fls. 312/314(e-STJ), data maxima venia, mas se não sustenta o fundamento da respeitável decisão de fls. 328/334(e-STJ) para não conhecer do agravo em recurso especial de fls. 296/315, porque é absolutamente inaplicável o óbice da “Súmula n.

182/STJ” (fls. 329 e-STJ), não só pelo fato de os ora embargantes terem impugnado especificamente o singelo fundamento (se é que tecnicamente pode ser considerado um fundamento, porque concretamente nada assevera, sendo na verdade nulo por força do inciso V do § 1.º art. 489 do CPC) da decisão agravada de que “o reexame dos elementos fáticos que serviram de base à decisão recorrida, o que importaria em nova incursão no campo fático, objetivo divorciado do âmbito do recurso especial de acordo com a Súmula 7 da Corte Superior” (fls. 294 e-STJ), como, também, pelo fato de que a ausência de concretude desse fundamento impediu os ora embargantes de demonstrarem mais ainda a completa impertinência da inaplicabilidade do óbice da Súmula n.º 7 desta CORTE.

8. E os ora embargantes nem mesmo precisariam ter impugnado mais a decisão de inadmissibilidade do recurso especial quanto ao suposto óbice da Súmula n. 7/STJ, além do que demonstraram às fls. 312/314(e-STJ), porque, como dito, esta COLENDAPrimeira Turma não precisará fazer reavaliação de fatos e provas para julgar o recurso especial de fls. 238/250(e-STJ), porque a ora embargantes têm como incontroversos os fatos retratados no acórdão recorrido de fls. 222/235 (e-STJ).

(...)

Com efeito, in casu, o “Mandado de Segurança Coletivo” (fls. 224 e-STJ), que foi anteriormente ajuizado à presente demanda ordinária, somente poderia ter – como de fato e de direito o tem – por objeto ou por pedido, em razão da literalidade do § 4.º do artigo 14 da Lei n.º 12.016/09, “prestações que se vencerem a contar da data” da referida impetração, isto é a coisa julgada da sentença concessiva do “Mandado de Segurança Coletivo” só abrange prestações pecuniárias que se vencerem da impetração do writ para o futuro, exatamente porque, a teor

da Súmula n.º 271 do STF, a “Concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito”.

34. E por não produzir efeitos patrimoniais em relação ao período pretérito à impetração do mandado de segurança é que a Súmula n.º 271 do STF prevê, na sua parte final, que esses efeitos patrimoniais anteriores à data de impetração do writ devem ser objeto de ação própria, isto é, outra ação diversa da ação do mandado de segurança.

35. Portanto, na espécie, fica claro que o pedido do mandado de segurança coletivo, impetrado pela Associação dos Oficiais da Reserva e Reformados da Polícia Militar do Estado de São Paulo, não é o mesmo pedido da ação ordinária de cobrança, prevista na parte final da Súmula n.º 271 do STF, que foi ajuizada pelos ora embargantes, porque são pedidos com objetos distintos, isto é, referentes a períodos distintos.

36. Da interpretação da Súmula n.º 271 do STF e do § 4.º do art. 14 da Lei n.º 12.016/09, com olhos nos §§ 2.º e 4.º do art. 337, no inciso IV do art. 485 e no art. 502, todos do CPC atual, se pode concluir que, em se tratando de mandado de segurança com pretensão pecuniária, é evidente que a coisa julgada formada na ação de mandado de segurança não impede a formação de outra coisa julgada na ação ordinária de cobrança, exatamente porque essas duas ações têm objetos, isto é, pedidos diferentes, quais sejam períodos pecuniários diversos.

37. Nesse sentido, aliás, foi por essa razão que a COLEND A TERCEIRA SEÇÃO afastou a alegação do pressuposto processual negativo da coisa julgada entre dois mandados de segurança: “Essa situação afasta a concepção de tríplice identidade ensejadora da coisa julgada, justamente porque se trata de impetrações que abrangem períodos distintos e devidos aos substituídos.” (EmbExeMS n.º 3.901/DF, Rel. Min. SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 09/12/2015, grifado e destacado).

Transcorreu *in albis* o prazo para impugnação (certidão de fl. 361).

Os embargos foram opostos tempestivamente.

Feito breve relato, decido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Consoante o art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, cabe a oposição de embargos de declaração para: i) esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; ii) suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; e, iii) corrigir erro material.

A omissão, definida expressamente pela lei, ocorre na hipótese de a

decisão deixar de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento.

O Código de Processo Civil considera, ainda, omissa, a decisão que incorra em qualquer uma das condutas descritas no art. 489, § 1º, no sentido de não se considerar fundamentada a decisão que: *i)* se limita à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida; *ii)* emprega conceitos jurídicos indeterminados; *iii)* invoca motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão; *iv)* não enfrenta todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador; *v)* invoca precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes, nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos; e, *vi)* deixa de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

Sobreleva notar que o inciso IV do art. 489 do Código de Processo Civil de 2015 impõe a necessidade de enfrentamento, pelo julgador, dos argumentos que possuam aptidão, em tese, para infirmar a fundamentação do julgado embargado. Nesse sentido, confira-se a doutrina de Nelson Nery Junior e Rosa Nery:

Não enfrentamento, pela decisão, de todos os argumentos possíveis de infirmar a conclusão do julgador. Para que se possa ser considerada fundamentada a decisão, o juiz deverá examinar todos os argumentos trazidos pelas partes que sejam capazes, por si só e em tese, de infirmar a conclusão que embasou a decisão. Havendo omissão do juiz, que deixou de analisar fundamento constante da alegação da parte, terá havido omissão suscetível de correção pela via dos embargos de declaração. Não é mais possível, de lege lata, rejeitarem-se, por exemplo, embargos de declaração, ao argumento de que o juiz não está obrigado a pronunciar-se sobre todos os pontos da causa. Pela regra estatuída no texto normativo ora comentado, o juiz deverá pronunciar-se sobre todos os pontos levantados pelas partes, que sejam capazes de alterar a conclusão adotada na decisão.

(Código de Processo Civil Comentado, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2016, p. 1.249-1.250, destaque no original).

Esposando tal entendimento, precedentes desta Corte:

**PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM
MANDADO DE SEGURANÇA DE ORIGINÁRIO.**

INDEFERIMENTO DA INICIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE, ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA.

1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço.

2. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art.

489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida.

3. No caso, entendeu-se pela ocorrência de litispendência entre o presente mandamus e a ação ordinária n. 0027812-80.2013.4.01.3400, com base em jurisprudência desta Corte Superior acerca da possibilidade de litispendência entre Mandado de Segurança e Ação Ordinária, na ocasião em que as ações intentadas objetivam, ao final, o mesmo resultado, ainda que o polo passivo seja constituído de pessoas distintas.

4. Percebe-se, pois, que o embargante maneja os presentes aclaratórios em virtude, tão somente, de seu inconformismo com a decisão ora atacada, não se divisando, na hipótese, quaisquer dos vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil, a inquinar tal decism.

5. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INEXISTÊNCIA. FAIXA DE DOMÍNIO DE RODOVIA SOB CONCESSÃO. COBRANÇA EM DESFAVOR DE CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO DE TELEFONIA. POSSIBILIDADE.

1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

2. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015, na esteira interpretativa sufragada no Superior Tribunal de Justiça, significa que o julgador deve enfrentar apenas as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida, hipótese aqui não verificada (EDcl no MS n. 21315/DF, Primeira Seção, DJe 15/06/2016).

3. A Primeira Seção desta Corte firmou o entendimento de que o poder concedente, com respaldo no art. 11 da Lei n. 8.987/1995 (Lei de

Concessões e Permissões), pode autorizar a concessionária a efetuar cobrança pela utilização de faixas de domínio de rodovia, mesmo de outra concessionária de serviços públicos, desde que haja previsão no contrato de concessão da rodovia, como verificado na hipótese.

4. A Primeira Turma desta Corte tem reconhecido o caráter manifestamente inadmissível ou improcedente do agravo interno, a ensejar a aplicação da sanção prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015 quando a decisão agravada está fundamentada em precedente julgado sob o regime da repercussão geral, sob o rito dos recursos repetitivos ou com base em jurisprudência pacífica de ambas as Turmas da 1ª Seção.

5. Agravo interno desprovido, com aplicação de multa.

(AgInt no AREsp 1079824/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 07/03/2018)

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INEXISTENTE. ACÓRDÃO QUE ENFRENTOU TODAS AS QUESTÕES NECESSÁRIAS. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ.

I - Conforme pacífico entendimento desta Corte, o órgão julgador não é obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A determinação contida no art. 489 do CPC/2015 "veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida" (EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016).

II - A corte de origem analisando o contexto fático-probatório dos autos concluiu (fl. 270): "Neste caso, ainda que houvesse buracos no asfalto e ainda que a pista apresentasse irregularidades, é certo que o acidente que vitimou fatalmente [...] somente ocorreu por culpa do motociclista que invadiu a contramão da via em alta velocidade".

III - Para alterar tais conclusões seria necessário o reexame fático-probatório, vedado pelo enunciado n. 7 da Súmula do STJ, segundo o qual: " pretensão de simples reexame de provas não enseja recurso especial".

IV - Agravo interno improvido

(AgInt no AREsp 1037131/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/11/2017, DJe 22/11/2017).

No caso, a embargante indica omissão quanto ao mérito da causa (fl. 339 e 342e), contudo, o recurso não foi sequer conhecido em razão da aplicação da Súmula n. 182/STJ na decisão monocrática, bem como quanto à questão objeto do Agravo em

Recurso Especial demonstrando, assim, mera irresignação contra a decisão proferida anteriormente.

Com efeito, depreende-se da leitura da decisão que a controvérsia foi examinada de forma satisfatória, mediante apreciação da disciplina normativa e cotejo ao firme posicionamento jurisprudencial aplicável à hipótese.

O procedimento encontra amparo em reiteradas decisões no âmbito desta Corte Superior, de cujo teor merece destaque a rejeição dos embargos declaratórios uma vez ausentes os vícios do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 (v.g. Corte Especial, EDcl no AgRg nos EREsp 1431157/PB, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJe de 29.06.2016; 1ª Turma, EDcl no AgRg no AgRg no REsp 11041181/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes, DJe de 29.06.2016; e 2ª Turma, EDcl nos EDcl no REsp 1334203/PR, Rel. Min. Assusete Magalhães, DJe de 24.06.2016).

Assim, não verifico, no caso, a existência de vício a ensejar a declaração do julgado ou sua revisão mediante embargos de declaração.

Desse modo, totalmente destituída de pertinência mencionada formulação, uma vez que não se ajusta aos estritos limites de atuação dos embargos, os quais se destinam, exclusivamente, à correção de eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material do julgado.

Ante o exposto, **REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.**

Publique-se e intime-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora